

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS DO SISTEMA DO CAPITAL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CICLOS DE AJUSTE, CRISE E RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO (1990-2023)

Alba Maria Pinho de Carvalho
Márcio de Souza Porto
Leila Maria Passos de Souza Bezerra

RESUMO

No contexto brasileiro de crises e reconfigurações do capital, delineiam-se processos de acumulação dependente, desigual e combinada, materializando nova fase do imperialismo. A partir de 1990, verifica-se a confluência de dois processos contraditórios: a democratização e o ajuste ao capitalismo financeirizado, com seus ciclos peculiares. Acirra-se a dependência, em consonância com os cenários nacional e mundial. De forma tardia, deflagra-se a crise contemporânea brasileira, compreendendo a crise da forma mercadoria, a crise da forma política estatal e a crise da forma jurídica. Em um cenário geopolítico de crise, redefine-se o modelo brasileiro de ajuste rentista-neoextrativista. O Golpe de 2016 inaugurou um tempo histórico de recomposição do Bloco no Poder e do Estado, predomínio da dimensão ajustadora, da perspectiva ultraliberal do Ajuste e de Políticas de Austeridade, com desmonte da democracia e crescente autoritarismo. O ápice é o Governo Bolsonaro, permeado pela pandemia do covid19, a provocar tragédias na sociedade brasileira.

Palavras-chave:

ABSTRACT

In the Brazilian context of crises and capital reconfigurations, processes of dependent, unequal and combined accumulation are outlined, materializing a new phase of imperialism. From 1990 onwards, two contradictory processes converged: democratization and adjustment to financialized capitalism, with its peculiar cycles. Dependence intensifies, in line with the national and world scenarios. Lately, the contemporary Brazilian crisis breaks out, comprising the crisis of the commodity form, the crisis of the state political form and the crisis of the legal form. In a geopolitical scenario of crisis, the Brazilian rentier-neoextractivist adjustment model is being redefined. The 2016 Coup inaugurated a historic time of recomposition of the Bloc in Power and the State, predominance of the adjustment dimension, of the ultraliberal perspective of Adjustment and Austerity Policies, with the dismantling of democracy and growing authoritarianism. The apex is the Bolsonaro Government, permeated by the covid19 pandemic, causing tragedies in Brazilian society.

Key words:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



1 INTRODUÇÃO

No século XXI, o Brasil aprofunda sua inserção nos circuitos do capitalismo mundializado, iniciada nos anos 1990, quando desenvolveu o chamado “ajuste estrutural”. É uma nova forma histórica de dependência, sob a égide e comando do capital financeiro, associada ao retrocesso do País à condição de exportador de commodities. Como base do processo de ajuste, o Brasil assume o modelo rentista-neoextrativista, com distintas configurações segundo os ciclos de ajuste. O Golpe de 2016 desencadeia uma tempo de acirramento da dependência brasileira, nos marcos da radicalização do ajuste fiscal, com a implementação de políticas de austeridade, implicando na superexploração da força de trabalho.

Assim, impõe-se como exigência, “desafio e fardo do [nosso] tempo histórico” (MÉSZÁROS, 2007), desvendar a contemporaneidade brasileira, justamente, nesse novo tempo de reconstrução do país, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em meio às contradições de uma Frente Ampla e às tensões das direitas com base de massa.

O presente texto contém sistematização de nossas pesquisas e reflexões dos últimos vinte anos, destacando, inicialmente o processo de ajuste brasileiro, base do modelo rentista-neoextrativista, a constituir o chão histórico das mudanças ocorridas no país, nos últimos 33 anos; em seguida, apresenta os ciclos de ajuste, adentrando, então no Brasil do Presente para, finalmente, delinear a crise e o golpe de 2016, com dominância das direitas.

2 O PROCESSO DEPENDENTE DE AJUSTE BRASILEIRO NO CONTEXTO DA CRISE: O MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA

Com base na divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos, nos países dependentes da América Latina, a acumulação do capital assume características próprias, desenvolvendo tendências estruturais peculiares

PROMOÇÃO



APOIO



destas formações econômico-sociais, configurando-se como uma acumulação dependente. Como esta acumulação dependente ocorre, necessariamente, dentro da economia internacional, “[...] ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc” (AMARAL, 2012, p. 45).

De fato, nos últimos cinquenta anos, efetivam-se mudanças substanciais nas formas capitalistas de organização e funcionamento, indicando a entrada do capitalismo em uma nova fase, denominada por François Chénais de “mundialização com dominância financeira” (CHESNAIS, 1996, 2005). Leda Paulani e Marisa Amaral (2017) chamam a atenção para o fato de que, nesta fase de financeirização da economia, tem-se uma nova fase do imperialismo, com crescente dependência externa e perda de soberania nacional.

Impõe-se a exigência de ajuste dos países à dinâmica do capitalismo rentista, em coadunância com a sua posição e situação na divisão internacional do trabalho. Desse modo, os países da periferia do sistema capitalista consolidaram políticas neoliberais, pautadas no Consenso de Washington, com destaque para o combate à inflação, por meio de planos de estabilização, da abertura irrestrita e da economia e reformas estruturais do Estado (FILGUEIRAS, 2018).

No caso brasileiro, o ajuste ocorre de modo tardio e intensivo, configurando a chamada contemporaneidade brasileira, a compreender as quatro últimas décadas (1980-2023). Trata-se de um período histórico caracterizado por dois marcadores sócio-políticos: a democratização e o ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado (CARVALHO, 2022).

De fato, em meados da década de 1970, as lutas sociais, emergentes na sociedade brasileira, contribuíram para a débâcle da Ditadura Civil-Militar de 1964, deflagrando processos de democratização. Trata-se da articulação de uma sociedade civil forte, plural, permeada por relações de forças sociais, mobilizadas, com base em bandeiras comuns e específicas, tendo sempre como horizonte a

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

construção da democracia e ampliação de direitos. Configura-se uma ampliação do Estado, pela via da Política, nos termos gramscianos (GRAMSCI, 2002), cujo ápice é a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Em 1989, em um cenário de ampliação de direitos sociais, expressos na CF/88, no âmbito da luta de classes, a expectativa de consolidação da democracia é frustrada, com a eleição direta do primeiro presidente civil, apoiado pelas elites e forças conservadoras, em articulação com o poderio estadunidense. Assim, a partir de 1990, deflagra-se, no País, o processo de inserção ao capitalismo financeirizado, consubstanciando a experiência brasileira de Ajuste tardio, subordinado, dependente e periférico (CARVALHO, 1999) que se reproduz até hoje, 2023, com distintas expressões e inflexões (CARVALHO, MILANEZ, GUERRA, 2018).

3 OS CICLOS DE AJUSTE DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO (1990-2016)

A rigor, ao longo de mais de trinta anos, nos circuitos do capitalismo dependente, o Brasil vivencia o que denominamos ciclos de ajustes. Em verdade, nestes percursos do ajuste, circunscritos na história econômica e sociopolítica brasileira contemporânea, consubstanciam-se 8 (oito) ciclos de ajuste: *ciclo de adesão à agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia (Governo Collor de Mello – 1990 a dezembro de 1992); ciclo de estabilização da economia (Itamar Franco – dezembro de 1992 a 1994 – e os dois governo de Fernando Henrique Cardoso – 1995 a 2002); ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstrução do mercado interno de consumo de massa (primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2003 a 2006 – e primeira metade do seu segundo governo – 2007 a 2008); ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo (segunda metade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2008 a 2010 – e primeiro governo de Dilma Rousseff – 2011 a 2014); ciclo de tentativa de intensificação da ortodoxia rentista em um ajuste à direita (segundo*

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

governo de Dilma Rousseff – 2015 a 2016 – mandato interrompido pelo impeachment/Golpe); ciclo de aprofundamento do Estado Ajustador e de contrarreformas neoliberais (governo de Michel Temer – maio de 2016 a 2018), a gerar regressão social; ciclo de articulação do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural (governo de Jair Bolsonaro – 2019 a 2022), a delinear o chamado bolsonarismo; ciclo de reconstrução democrática e de retomada de Políticas Públicas, em uma Frente Ampla (terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva – 2023, em curso).

Nos percursos da história contemporânea, nos diferentes ciclos de ajuste, sobretudo, na Era FHC (1994-2002), o Brasil consolida seu ajuste ao capitalismo financeirizado, radicalizando políticas neoliberais, via Plano Real. Nesse cenário, constitui uma versão peculiar do modelo de ajuste: o modelo rentista-neoextrativista, resultante da articulação do capital financeiro e do capital vinculado ao neoextrativismo (CARVALHO, MILANEZ e GUERRA, 2018). Nesses Ciclos do Ajuste brasileiro, o modelo assume características próprias e inflexões, revelando formas específicas de dependência. Nestes trinta e três anos de ajuste (1990 - junho de 2023), é digno de nota o acirramento da dependência brasileira, em coadunância com os distintos cenários econômico-políticos (LUCE, 2018).

Especificamente, no ciclo de “adesão à agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia” e no ciclo “de estabilização da economia”, deflagra-se e consolida-se o processo de ajuste brasileiro, iniciado de forma atabalhoada e inconclusa, no governo de Fernando Collor de Mello, a viabilizar determinados pontos da agenda, sem conseguir debelar a inflação. De fato, Collor não se mostrou o “*condottiere*” adequado à implementação da Agenda de *Wall Street*, desencadeando um processo de *Impeachment*.

No interior do segundo ciclo, o governo de Itamar Franco (1992-93) continua um ajuste ativo à agenda de *Wall Street*, via Plano Real, liderado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Segue-se, então, a Era FHC, ponto alto do segundo ciclo, alicerçada no capital político da estabilização da economia, a

PROMOÇÃO



APOIO

acatar, de forma intensiva, a agenda de ajuste definida pelos países capitalistas centrais, sobretudo, pelos Estados Unidos, viabilizando os mecanismos e as estratégias de desregulamentação e desnacionalização do País. Assim, provoca-se um duplo fenômeno: a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações. Desse modo, o Plano Real consubstancia uma forma estatal, em sintonia com as exigências do capital e do mercado, configurando o que pode ser chamado de “Estado Ajustador” (CARVALHO, 1999). Esta forma estatal do mercado confronta-se com o Estado Democrático de Direito, avançando na lógica de ajuste e fragilizando lutas e conquistas democráticas, em meio a uma oposição, de caráter classista, representada, sobretudo, por organizações e centrais sindicais, por partidos de esquerda, encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Neste cenário, destaca-se a versão da reforma do Estado brasileiro dos anos 1990, a se ajustar à ideologia e às políticas neoliberais. A Era FHC tem como marco a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), liderado por Bresser Pereira que destaca a “reforma ou reconstrução do Estado brasileiro como a grande tarefa política dos anos 1990” (PEREIRA, 1997).

Indiscutivelmente, os governos de Fernando Henrique Cardoso consolidaram, no Brasil, o neoliberalismo. Determinadas medidas da Era FHC constituem a base de estratégias de desmonte da forma estatal democrática: a Lei de Responsabilidade Fiscal (L.C. nº 101/2000); a Reforma da Previdência, enviada ao Congresso em 1995 (E.C. nº 20/1998); as privatizações, baseadas na Lei 9.491/1997.

Os ciclos de ajuste da chamada Era Petista (2003-2015) – ciclo de “consolidação das políticas de ajuste e de reconstrução do mercado interno de consumo de massa” e ciclo de “articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo” – aprofundam o ajuste, na tentativa de “conciliação de classes” (CARVALHO; RODRIGUES JUNIOR, 2019). Tal configuração petista permitiu uma expansão do mercado interno brasileiro. Ganham relevo as políticas de enfrentamento à pobreza: aumentos reais do salário-mínimo, com rebatimento

nas aposentadorias e benefícios previdenciários; “Bolsa Família”, como programa de transferência de renda; “Programa Minha Casa, Minha Vida”. Tais políticas viabilizaram a inserção social de segmentos da classe trabalhadora, pela via do consumo, resultando em uma relativa redução dos índices de pobreza e na saída do Brasil do Mapa da Fome. Outro elemento marcante desses ciclos petistas é a expansão do Ensino Superior, mediante distintas políticas e programas, permitindo, inclusive, o acesso a esse nível de ensino de setores historicamente excluídos. Tem-se, ainda, uma ampliação do próprio Sistema de Proteção Social, com relativos avanços nos sistemas públicos estatais de saúde e assistência social.

Em um contexto de crise do capitalismo mundial, contraditoriamente, o Brasil vivenciou a “bonança petista” do então chamado “modelo brasileiro de crescimento com inclusão” (2003-2012). Tal modelo constituiu uma relativa blindagem do Brasil, em face da crise financeira mundial, mediante a ampliação e o fortalecimento do mercado interno que, no entanto, não logrou sustentar-se por conta própria, considerando os próprios marcos do capitalismo dependente. A débâcle desse modelo está entre as razões imediatas do deflagrar da crise na contemporaneidade brasileira. Ademais, tem-se como marco inicial simbólico desta crise as Manifestações de 2013, a publicizarem uma insatisfação com o modelo de ajuste petista. Emergiram, então, na cena brasileira, novos marcos da crise: combates acirrados nas eleições de 2014, com amplas manifestações da direita; o *Impeachment* de Dilma Rousseff, configurando o Golpe de 2016; a Operação Lava Jato, a culminar com a perseguição e prisão de Lula, em 2018.

Com o Golpe de 2016, os ciclos de ajuste passam por mudanças profundas na sua natureza. Têm-se reconfigurações do Estado brasileiro, com a dominância das direitas e da extrema direita, em uma perspectiva ultraliberal do Ajuste Fiscal e das Políticas de Austeridade, com desmonte da Democracia e crescente autoritarismo. Tal período, por nós denominado “Brasil do Presente” (2016-2022), constitui um contexto de reviravoltas que privilegiam, de modo radical, os interesses do capital e dos segmentos conservadores, em detrimento de direitos das classes

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalhadoras. Amplos segmentos da população brasileira são atingidos pelas elevadas taxas de desemprego e por múltiplas formas de precarização do trabalho, a trazer a fome e a miséria para o centro da vida cotidiana do país, como fenômeno perverso que destitui da condição de dignidade humana, mais de 30 milhões de brasileiros e brasileiras, em meio ao desmonte da proteção social no país e aos perversos ajustes das formas de proteção social e do trabalho (CARVALHO, 2022).

4 BRASIL DO PRESENTE: CRISE, GOLPE E DOMINÂNCIA DAS DIREITAS

No “Brasil do Presente” (2016-2022), configuram-se três movimentos orgânicos, de dimensões estruturais e essencialmente imbricados: a Crise Contemporânea Brasileira; o Golpe de 2016 e sua pesada arquitetura de desmontes; o Bolsonarismo, fundado na articulação singular das direitas e das forças conservadoras. A estes três movimentos orgânicos agrega-se um movimento conjuntural de longa duração (2020-2022): a pandemia do coronavírus, como agravante da crise contemporânea do país (CARVALHO, 2022).

Em primeiro lugar, impõe-se discutir a Crise Contemporânea Brasileira, em meados da segunda e limiar da terceira década do século XXI. Tal crise materializa expressões peculiares da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011). Trata-se de uma crise do capitalismo, de raiz econômica que, necessariamente, se desdobra em contradições do Estado e do Direito, vinculando-se ao substrato da formação social brasileira dependente e periférica (MASCARO, 2018). Logo, tem-se uma imbricação de crises econômica e política, envolvendo a forma jurídica em seus aparatos de “judicialização da política” e “politização da justiça” (GALVÃO, 2020).

Alysson Mascaro (2018) sustenta que tal crise perpassa três dimensões da contraditória sociabilidade do sistema do capital: “crise da forma mercadoria”, no que tange à acumulação e à valorização do valor; “crise da forma política estatal”, referente aos variados modos de administração política da economia e da luta de classes; “crise da forma jurídica”, em sua conformação com a forma política-estatal e com expressões nos aparatos e aparelhos de legalização, perseguição e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

julgamento, como os tribunais. Este momento-limite chega ao Brasil somente na segunda década do século XXI. De fato, em 2013, verifica-se a captura definitiva do país pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional (MASCARO, 2018). A articulação da “crise da forma mercadoria” com a “crise da forma política estatal” produz um esgotamento da versão petista do modelo de ajuste.

Nessa conjuntura, ganha relevo a Operação Lava Jato, com graves consequências econômicas e políticas. Na sua cruzada contra a corrupção, o lavajatismo destruiu empresas, sobretudo, no setor da construção civil e interferiu fortemente no desmonte de postos de trabalhos. A Lava Jato interferiu efetivamente no cenário político, ao incidir o seu foco nas esquerdas, gestando o antipetismo como fenômeno sociopolítico, com repercussões na configuração do Estado.

Como elemento central da crise da forma mercadoria, o modelo rentista-neoextrativista passa, então, por redefinições, em coadunância com o contexto geopolítico mundial. Assim, entre 2013 e 2014, o ajuste brasileiro confronta-se com um cenário internacional desfavorável. Ocorre uma queda nos preços das *commodities*, atingindo o grande capital, com repercussões nos pilares do modelo de ajuste. Nestes tempos de crise, para manter seus níveis de lucro e de acumulação, setores do capital nacional e estrangeiro rompem o chamado “pacto de classes” com o governo de Rousseff, configurando a crise da forma política estatal.

Manifesta-se, então, a crise contemporânea brasileira, constituindo o chão histórico do Golpe de 2016, urdido pelas elites do capital, em conluíus espúrios com o Legislativo, o Judiciário e a Grande Mídia. Nesta conjuntura-limite, expressa-se a resistência de instituições democráticas e de segmentos da sociedade civil que protestam em manifestações de rua, fazendo ouvir um coletivo de vozes de indignação na cena do país. No entanto, as forças de resistência não conseguem desmontar, ou, mesmo, tensionar, a pesada arquitetura do Golpe, então em curso.

O Golpe de 2016 instaura o governo de Michel Temer (2016-2018), com novos Ciclos de Ajuste, de caráter ultraliberal, a promoverem políticas de espoliação de direitos, das riquezas nacionais e do Fundo Público, bem como a intensificação

PROMOÇÃO



APOIO

da superexploração da força de trabalho. Estrutura-se, então, a pesada arquitetura do Golpe de 2016, lançando as bases de um projeto de extrema-direita, pensado para longo prazo, com inspiração no documento “Uma Ponte para o Futuro”. A arquitetura de “sucessivos golpes dentro do Golpe” consubstancia-se no conjunto das chamadas contrarreformas neoliberais, a desestruturarem o aparato jurídico-institucional garantidor de direitos e conquistas democráticas. Rompe-se o pacto da cidadania da CF/88 e, mesmo, o pacto getulista da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 01 de maio de 1943. Trata-se, portanto, da crise da forma jurídica que articula a crise da forma estatal e a crise da forma mercadoria.

Na gestão Temer, merecem especial destaque duas investidas-chave, a atingir, fortemente, a configuração estatal democrática. A primeira investida é a contrarreforma da Legislação Trabalhista, Lei nº 13.467/2017, a desmontar a CLT, intensificando a legalização da própria superexploração da força de trabalho, com desmonte de regulações na relação capital/trabalho, em um contexto de vulnerabilidade crescente do movimento sindical. A segunda investida incide, diretamente, no pacto histórico de afirmação e reconhecimento de direitos, introduzindo na CF/88 mudanças de amplo espectro, no sentido de garantir um ajuste fiscal radicalizado, constitucionalizando uma lógica de financismo. (CARVALHO, 2022). É emblemática a Emenda Constitucional 95 (E.C. nº 95), do Teto dos Gastos Públicos, aprovada em 13 de dezembro de 2016.

Ao mesmo tempo, efetiva-se uma regressão da cultura política democrática, a desmontar políticas identitárias, fundadas na dialética igualdade/diferença. É o caso das políticas de afirmação dos direitos das mulheres, dos povos originários, de defesa e reconhecimento da igualdade racial e de direitos da população LGBTQIA+. Neste contexto, o Brasil do Presente é marcado pelo avanço e organização das direitas e, particularmente, da extrema-direita. A partir das Jornadas de 2013 e com o real fortalecimento nos embates pró-Impeachment de Dilma Rousseff, a “direita ganha as ruas e as redes sociais” (CARVALHO, 2022).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Desse modo, como culminância do Golpe de 2016, a extrema-direita vence as eleições presidenciais de 2018, fazendo emergir o Bolsonarismo como fenômeno sociopolítico. A rigor, o Bolsonarismo está para além de Jair Bolsonaro, embora esta figura grotesca e patética tenha significados sócio-políticos, trazendo à baila marcas históricas da formação social brasileira e da nossa própria cultura política.

É importante destacar a peculiar e estranha composição das direitas na contemporaneidade brasileira. São direitas no plural que se entrecruzam e se complementam em um ousado plano estratégico de construção e difusão de ideologias. Tal pluralidade das direitas expressa-se na complexa composição do Bolsonarismo que dominou o aparelho estatal brasileiro, no governo de Jair Bolsonaro. Trata-se de uma articulação de diferentes matrizes políticas e doutrinárias que, no período de 2019 a 2022, atuaram como forças dominantes, a perpassarem a sociedade política e a sociedade civil, cabendo destacar: ultraneoliberalismo dependente; militarismo autoritário; reacionarismo político-cultural, fincado no fundamentalismo religioso; judicialismo do extermínio de “bandidos”, como pilar da segurança pública.

Nos percursos do Brasil do Presente é fundamental uma demarcação que entra para a História recente do país: a pandemia do coronavírus, a permear o governo Bolsonaro. Com efeito, na contramão de parte considerável dos outros Estados nacionais, o governo de Jair Bolsonaro assume uma postura genocida, como política de Estado. Tal postura materializa-se em diferentes situações, amplamente publicizadas na CPI da Pandemia, em 2021: atraso na compra de vacinas e negação pública de sua eficácia; negligência no fornecimento de insumos básicos, indispensáveis ao tratamento da COVID-19, levando ao caos sanitário, sendo emblemático o caso da cidade de Manaus, em 2020; confronto do governo Bolsonaro com os governos estaduais. Assim, a imbricação do governo Bolsonaro com a pandemia da COVID-19 configura uma “dupla pandemia de alto risco”, acarretando tragédias na cena brasileira: a gigantesca onda de mortes, que poderiam ter sido evitadas, atingindo cerca de 700 mil brasileiros e brasileiras, a

PROMOÇÃO



APOIO



constituir um verdadeiro genocídio; o agravamento da questão social, também letal, corroendo as condições de trabalho e de vida de parte significativa da população brasileira.

No interior do governo de Jair Bolsonaro, verifica-se a radicalização das políticas ultraliberais, em meio a um acirramento da crise, repercutindo violentamente na vida da população brasileira. Tem-se um recrudescimento da pobreza, cuja face emblemática é a fome, que atinge mais de 30% da população brasileira. Ademais, o governo Bolsonaro caracteriza-se por uma escalada autoritária, com desmonte e/ou esvaziamento de espaços institucionais de debate, participação e controle social. Em 11 de abril de 2019, o Decreto Presidencial nº 9759/2019 promove a extinção dos órgãos colegiados (conselhos, comitês e outros mecanismos) que possibilitam a participação da sociedade civil na administração pública federal. Não fosse a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121, que impedia ao chefe do Executivo de extinguir colegiado cuja existência tivesse menção em lei, a destruição e a redução do Estado teriam sido ainda maiores. As novas regulamentações bolsonaristas acarretaram drásticas mudanças, com a recomposição dos conselhos, privilegiando a participação de representantes do governo e reduzindo os espaços da sociedade civil.

Igualmente, o governo de Jair Bolsonaro caracteriza-se por medidas institucionais ultraliberais, de graves consequências na configuração estatal, a exemplo da Lei Complementar nº 179/2021, que dispõe sobre a autonomia do Banco Central e da Lei Complementar nº 14.026/2020, que dispõe de novos marcos legais para o Saneamento Básico. Na verdade, a gestão bolsonarista vale-se do chamado “infralegalismo autoritário”, método a privilegiar “a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático” (VIEIRA, GLEZER, BARBOSA, 2022, p. 592).

5 CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A contemporaneidade brasileira atualiza a marca histórica da dependência. O Golpe de 2016 instaura um tempo histórico de regressão democrática. A sociedade civil das direitas é incorporada no aparato estatal, desmontando-se os mecanismos democráticos de participação e controle social. Por outro lado, as forças sociais progressistas e de esquerda são excluídas da dinâmica do Estado, consideradas inimigas a serem destruídas.

A democracia é violentamente atingida no período 2016-2022, sendo afrontada permanentemente com ameaçada de mais um golpe, trazendo de volta uma nova ditadura civil-militar. Tem-se, assim, um contexto de radicalização da luta de classes, expressa com veemência nas eleições de 2022, com dois projetos de Brasil em confronto: o Bolsonarismo e suas configurações neofascistas; o projeto de uma Frente Ampla, articulado em torno da figura de Luis Inácio Lula da Silva. Tais projetos são antagônicos à questão da democracia e ao relacionamento institucional entre os Podres da República e a própria sociedade civil. No entanto, os dois projetos não tocam no núcleo da acumulação capitalista e não tensionam, no seu âmago, o grande capital, nacional e estrangeiro (MOREIRA, 2022). Uma diferenciação fundante situa-se no âmbito da política econômica, tomando como base a questão do mercado interno.

Em um contexto de tensões, o projeto liderado por Lula vence as eleições de 2022. Deflagra-se, assim, em 2023, um novo ciclo de ajuste de “reconstrução democrática e de retomada de Políticas Públicas, em uma Frente Ampla”. O terceiro governo de Lula vem enfrentando, desde a transição, uma pesada oposição do Bolsonarismo, com sua base de massas, seus legítimos representantes e aliados no Congresso Nacional. Este tempo de reconstrução democrática é permeado por intensas disputas, no interior da Frente Ampla e da oposição. A História está em aberto!

REFERÊNCIAS

PROMOÇÃO



APOIO



SILVA, José Jair Galvão da. **A politização do judiciário nas tessituras do Golpe de 2016: do mensalão petista à prisão de Lula.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará - Centro de Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP) - Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012.

AMARAL, M. S.; PAULANI, L. O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo. 2013, Anais.. São Paulo: **Sociedade Brasileira de Economia Política** - SEP, 2013. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2487>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** 1. Ed. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In: A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.* CHESNAIS, François (org.). p. 35-68, São Paulo: Boitempo, 2005.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil Real” em questão: um resgate do olhar crítico dos cientistas sociais.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1999.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Inserção dependente e subordinada da América Latina no cenário mundial: teorizações em busca da análise da posição e do lugar dos países periféricos latino-americanos nos processos de acumulação capitalista. **Diplomado CLACSO**, 4º Módulo, Pensamento Social e Político na América Latina, Fortaleza, ago. 2021.

CARVALHO, A. M. P.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo. **Em Pauta (RIO DE JANEIRO)**, v. 44, p. 274-291, 2019.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (orgs). **Tramas para justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias.*** Fortaleza: Edições UFC, 2018.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A política de Assistência Social na contemporaneidade brasileira:** agravamento da questão social, desproteção social, desmonte do SUAS e resistências no Brasil do Presente, 2016-2022. Conferência de Abertura do Módulo sobre a Política de Assistência Social. Curso de Aperfeiçoamento do CREAS, Ceará, 2022.

Gramsci, Antonio (2002), Cadernos do Cárcere, Vol. 3, Maquiavel – notas sobre o Estado e a política, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho: coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FILGUEIRAS, Luiz. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH.** Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018.

MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A crise estrutural do capital.** 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, Alysson. **Crise e golpe.** São Paulo: Boitempo, 2018.

MOREIRA, A. V. M. **Dois formas políticas em disputa nas eleições presidenciais brasileiras de 2022.** Fortaleza, 2022, texto no prelo.

VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. Supremacia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos Estudos.** CEBRAP, São Paulo, v. 41, nº 03, p. 591-605, set./dez. 2022.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Caderno 1,** Brasília - DF: Brasil, MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PROMOÇÃO



APOIO